



# Anais da Assembleia

Nº 161 ..... CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 1990 ..... ANO XVI

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do FEPPA, e atendendo recomendação dos membros do Conselho Deliberativo, tendo em vista o encaminhamento do autógrafa do Projeto de Lei nº 515/90, que trata da liquidação e extinção do FEPPA.

CONVOCA os associados para uma reunião Extraordinária da Assembleia Geral, a realizar-se no dia 28 de Dezembro de 1990, às 17:00 horas nas dependências utilizadas pela Entidade, no Palácio XIX de Dezembro, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Tomar conhecimento e pronunciar-se sobre a liquidação e extinção do FEPPA, por iniciativa legal dos Senhores Deputados Estaduais.

b) Medidas administrativas e legais a serem adotadas uma vez transformado o referido projeto em Lei, notadamente quanto aos bens patrimoniais.

c) Assuntos gerais correlatos.

Curitiba, 17 de dezembro de 1990.

WERNER WANDERER

Presidente FEPPA

Publicado no DA. 155, de 17.12.90 (Republicado).

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR (FEPPA), e atendendo recomendação dos membros do Conselho Deliberativo, tendo em vista a liquidação e extinção do FEPPA, pela Lei 9498/90 e considerando que com o advento da Lei ora citada prejudica o cumprimento do disposto no Artigo 15 da Lei 6639/74, na data legal CONVOCA os associados para em Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, no dia 11 de Janeiro de 1.991 às 18:00 horas em sua sede no Palácio XIX de Dezembro, em caráter de antecipação da Assembleia Geral Ordinária anual, com a seguinte ordem do dia:

a) - Tomar conhecimento do Relatório do Presidente sobre o movimento do Fundo no ano e do Parecer do Conselho Deliberativo;

b) - Tomar conhecimento do Relatório do Presidente sobre o movimento do Fundo em 1.991 e Parecer do Conselho Deliberativo;

c) - Deliberar sobre assuntos de interesse do Fundo.

Curitiba, 28 de dezembro de 1.990

(a) WERNER WANDERER

Presidente FEPPA.

Atos da Presidência

## RESOLUÇÃO Nº 158/90

DATA: 28 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Torna sem efeito a Resolução nº 28/90.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Torna sem efeito a Resolução nº 28/90 de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente em exercício

## LEI Nº 9437

DATA: 09 de novembro de 1990.

SÚMULA: Cria o município de ITAPERUÇU, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de ITAPERUÇU, desmembrado do município de Rio do Sul, com as divisas dos atuais Distritos Administrativo e Judiciário.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de dezembro", em 09.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## LEI Nº 9443

DATA: 20 de novembro de 1990.

SÚMULA: Cria "AD REFERENDUM" do resultado do plebiscito o município de Vila Branca, com território desmembrado do município de Cerro Azul, com as divisas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de Vila Branca, com território desmembrado do município de Cerro Azul, com sede na localidade de Varzeão e com as seguintes divisas e confrontações:

"Tem como ponto inicial e final a foz do ribeirão do Veado no rio Paraná. Do ponto inicial sobe pelo ribeirão do Veado até a ponte na Estrada Coronel, por esta

até o entroncamento com a Estrada João Ba-  
raunik, por esta, sentido do Distrito de  
Roberto Silveira até o Córrego Arara,  
desce por este até a sua foz no rio Paca-  
raí, desce por este até a sua foz no rio  
Paraná. Deste ponto segue em reta de menor  
distância ao limite interestadual com Mato  
Grosso do Sul, contornando Ilha Grande  
pelo rio Paraná acima e depois pela divisa  
intermunicipal com Icaraíma no mesmo rio  
Paraná até a foz do ribeirão do Veado pon-  
to inicial e final".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 9444

DATA: 20 de novembro de 1990.

SÚMULA: Cria "ad referendum" do resultado  
do plebiscito, o município de JARDIM  
PAULISTA, com sede na localidade do mesmo  
nome, desmembrado do município de Campina  
Grande do Sul, com as divisas que especifi-  
fica.

A Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos  
do § 7°, do Artigo 71 da Constituição Es-  
tadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum"  
do resultado do plebiscito, o município de  
Campina Grande do Sul, com as divisas se-  
guintes:

"Começa na confluência da BR 116 com a  
Rodovia Municipal 004, segue pela Rodovia  
Municipal 004 até encontrar o caminho que  
liga a Rodovia Municipal 004 à Vila Araça-  
tuba, segue por este caminho até encontrar  
a Rodovia Estadual PR 506, segue pela Ro-  
dovia Estadual PR 506 até encontrar a Ro-  
dovia Municipal 316, segue por esta Rodo-  
via até encontrar a divisa intermunicipal  
entre Campina Grande do Sul e Colombo, se-  
gue pela divisa intermunicipal entre Colom-  
bo e Campina Grande do Sul até encontrar a  
BR 116 na divisa intermunicipal entre Cam-  
pina Grande do Sul-Curitiba, segue pela BR  
116 até encontrar o seu ponto de partida a  
confluência da BR 116 com a Rodovia Muni-  
cipal 004".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 9445

DATA: 20 de novembro de 1990.

SÚMULA: Cria "ad referendum" do resultado  
do plebiscito, o município de CAPIVARI  
CACHOEIRA, com território desmembrado do

município de Campina Grande do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos  
do Artigo 7°, do Artigo 71 da Constituição  
Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum"  
do resultado do plebiscito, o município de  
CAPIVARI CACHOEIRA, com território desmem-  
brado do município de Campina Grande do  
Sul, com sede na localidade de Terra Boa e  
com as seguintes divisas:

"Começa no rio Capivari onde recebe o  
afluente rio Mirim; seguindo pelo rio Ca-  
pivari até a divisa com o Estado de São  
Paulo, no rio Pardinho, seguindo pela di-  
visa Intermunicipal entre Campina Grande  
do Sul e Guaraqueçaba, continuando pela  
Divisa Intermunicipal entre Campina Grande  
do Sul, Antonina, Morretes e Quatro Barras  
até encontrar o rio Mirim, seguindo por  
este até encontrar o ponto de partida, rio  
Capivari."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 9475

DATA: 13 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Cria "ad referendum" do plebisci-  
to, o município de Esperança Nova des-  
membrado do município de Pérola, com as  
divisas e confrontações que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos  
do § 7°, do Artigo 71 da Constituição Es-  
tadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado, "ad  
referendum", de plebiscito, o município de  
ESPERANÇA NOVA, desmembrado do município  
de Pérola, com as divisas abaixo especifi-  
cadas:

Com o Município de Pérola: Partindo do  
marco 160/161, cravado à margem da estrada  
Jequitiba, seguiu-se o rumo 75°35' SW, com  
a distância de 1.020,00 metros, onde en-  
controu-se outro marco 160/161, cravado à  
margem direita do córrego Gaivota. Deste  
marco seguiu-se margeando o córrego Gaivo-  
ta águas abaixo até o ribeirão Jequitiba,  
confrontando por este lado com o município  
de Pérola.

Com o Município de São Jorge do Patro-  
cínio: Em continuação seguiu-se margeando  
o ribeirão Jequitiba, águas abaixo até o  
rio Paracai, confrontando por este lado  
com o município de São Jorge do Patrocí-  
nio.

Com o Município de Uruarama: Em conti-  
nuação seguiu-se margeando o rio Paracai

águas acima até a estrada Lontra, confrontando por este lado com o município de Umuarama.

Com o Município de Xantrê: Em continuação, seguiu-se margeando a estrada Lontra até o marco 269/270, cravado à margem da estrada Lontra, confrontando por este lado com o município de Xantrê.

Com o Município de Pérola: Deste marco seguiu-se o rumo 58°37' SW, com a distância de 1.461,00 metros, onde encontrou-se outro marco 269/270, cravado à margem direita do córrego do Milho. Deste marco seguiu-se margeando o córrego do Milho águas abaixo até o ribeirão Palmital, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação seguiu-se margeando o ribeirão Palmital, lado direito águas acima até o córrego Borboleta. Daí seguiu-se margeando o córrego Borboleta lado direito águas acima até o marco 76/77, cravado à margem do córrego Borboleta. Deste marco seguiu-se o rumo 54°24' SW, com a distância de 335,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77. Em continuação seguiu-se o rumo 32° 10' SW, com a distância de 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77 cravado à margem da estrada Boa Esperança. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Boa Esperança até a estrada Jequitiba, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Jequitiba até o marco 161/160, ponto de partida.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

LEI N° 9498

DATA: 28 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Extingue o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - O Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei n° 6639, de 05.12.74, modificada pela Lei n° 7771, de 13.12.83, será extinto em 01.02.91, entrando em liquidação a partir da vigência desta Lei, mantido o disposto no artigo 250 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2° - Até 11 de janeiro de 1991 o patrimônio do FEPPA, incluídas as contribuições do período de liquidação e outras, após inventariado pelo Conselho Deliberativo, será integralmente transferido para a Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

raná, devendo compor, o que couber, a conta própria da dotação orçamentária do Poder Legislativo, ficando autorizada a abertura de créditos suplementares que forem necessários para o cumprimento desta Lei.

Parágrafo Único - No prazo de "input" o Conselho Deliberativo do FEPPA também transferirá para a Assembléia Legislativa os arquivos, a contabilidade e o cadastro dos beneficiários e dos que, por atenderem as condições das Leis referidas no artigo 1° e desta, terão assegurados os direitos nelas previstos.

Art. 3° - Operada a transferência do patrimônio, direitos, encargos e finalidades do Fundo para a Assembléia Legislativa, a qual, então, cumprirá a determinação do artigo 250, "in fine" da Constituição do Estado do Paraná e demais normas pertinentes, o Conselho Deliberativo do FEPPA promoverá o cancelamento dos registros junto aos órgãos competentes.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente em exercício

LEI N° 9499

DATA: 28 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Altera a redação das Leis n°s 6639/74 e 7771/83, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Nas Leis n°s 6639, de 05 de dezembro de 1974 e 7771, de 14 de dezembro de 1983 e em seus efeitos, substitua-se o termo "aposentadoria" por "aposentadoria e pensão".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente em exercício

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 17.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1990

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Luciano Machado, Werner Wanderer, Piraia Per-

reira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagnão, Martos Leão, Basílio Zappusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Her- mas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcanta- ra, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nil- ton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonel- li, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Men- des Vilela e Vera Agibert (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira e Paulino José Delazeri (06). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Algaci Tú- lio e Luiz Antônio Setti (02).

Verificada a existência de número le- gal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não ha- vendo oradores inscritos, passa-se ao horário das Lideranças. Não havendo quem queira fazer uso do horário, não havendo expediente a ser lido, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando pre- ferência de votação para o Projeto de Lei n° 623/90.- Aprovado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Re- queiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - En- quanto o Deputado Werner Wanderer se prepara para a chamada nominal, nós infor-

mamos e alertamos aos Senhores Deputados que logo após o encerramento da Sessão Ex- traordinária esta Mesa estará procedendo o encerramento dos trabalhos normais desta Legislatura. Solicitamos a permanência dos Senhores Deputados para a leitura das Atas e dos demais documentos.

Deputado Werner Wanderer com a palavra para proceder à chamada nominal dos Senho- res Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal).

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Retiro verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solici- to verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pros- siga a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada dos Senhores Depu- tados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 36 Senhores Deputados responderam à cha- mada. Está em votação o requerimento de preferência de votação.

Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

34 Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram le- vantar.

2 Senhores Deputados rejeitam.

Está APROVADO o requerimento de prefe- rência de votação para o Projeto de Lei n° 623/90. Em votação o Projeto de Lei n° 623/90. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, temos apenas 23 Deputados em plenário, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto está aprovado, a Mesa pediu ao Deputado Werner Wanderer que fizesse cha- mada nominal, foi anunciado o número de Deputados, procedida a verificação, foi feita a votação. O Projeto está aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Se- nhor Deputado Caíto Quintana, acima apro- vado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 623/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 227/90, que objetiva alterar as tabelas de taxas referidas no artigo 25, da Lei n° 7811/83 e no artigo 1º, da Lei n° 8067/84, que versam sobre as taxas

do DETRAN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 543/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica 2° Exército da Salvação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 545/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Igreja Apostólica Primitiva no Brasil, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 566/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que acresce artigo 6° e respectivo parágrafo único à Lei n° 8521, de 06.07.87, já alterada pela Lei n° 9114, de 01.11.89 (proíbe a venda, para crianças e adolescentes, de bilhetes ou equivalentes, em qualquer modalidade de loteria. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 599/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 212/90), que autoriza aquele poder a permutar o imóvel constituído pelo lotes de terras na sede do município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 600/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 213/90), que autoriza aquele poder a firmar, com o município de Cruzeiro do Oeste, termo de cessão de uso do imóvel onde funciona o núcleo social daquele município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 215/90), que transforma, na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Fazenda, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Relacional da Receita, categoria "C", em 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico, categoria "C", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

603/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 216/90), que autoriza aquele Poder a firmar, com o Município de Bocaiúva do Sul, termo de cessão de uso de área que especifica, naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 606/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 220/90), que autoriza aquele poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 610/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 623/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 227/90, que objetiva alterar as tabelas de taxas referidas no artigo 25, da Lei n° 7811/83 e no artigo 1°, da Lei n° 8067/84, que versam sobre as taxas do DETRAN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 631/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede a Senhora Ignes Picollo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64 (dezesesseis mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

633/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 229/90), que reajusta em 185,22%, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o mesmo emenda. Em votação a emenda de 2.<sup>a</sup> discussão, já aprovado evidentemente em 2.<sup>a</sup> discussão, ressaltado o Projeto. Senhores Deputados que aprovam a emenda de autoria do Deputado Nereu Massignan e outros permaneçam como estão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu solicito a leitura da emenda Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ao Projeto de Lei n° 633, emenda supressiva. Fica suprimido o artigo 4°, do Projeto de Lei n° 633/90, sala das sessões, Nereu Massignan e outros Parlamentares que juntos subscrevem.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 642/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 231/90), que altera a Tabela de Escalonamento Vertical que trata o artigo 107, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973. (Polícia Militar do Estado). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 642/90, com a sua posterior inclusão no período de Convocação Extraordinária.- Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Nós votamos aqui várias Mensagens de autoria do Governo e essa também é, que trata da melhoria salarial do escalonamento vertical para a Polícia Militar e que irá beneficiar dezenove mil integrantes dessa gloriosa corporação. É uma Mensagem do Poder Executivo, que vai em 3.<sup>a</sup> discussão, e nós não poderíamos concordar em que seja determinada a sua inclusão no período extraordinário para prestar uma homenagem à Polícia Militar neste final de ano. Entendo que o adiamento desta discussão, já que é uma velha reivindicação da Polícia Militar, trará intranquilidade neste final de

ano à corporação que não está acostumada com esses instrumentos regimentais da Assembléia e poderá gerar uma apreensão muito grande quanto a esta conquista, agora consagrado em Mensagem do Governador Álvaro Dias a esta Assembléia, com o aval inclusive do Governador eleito; segundo informações não oficiais que possuo, de que esta é uma homenagem do atual Governo e do futuro Governo à Polícia Militar, razão porque nós nos colocamos contrário ao adiamento da votação desta Mensagem do Poder Executivo, para que se possa prestar a devida homenagem à Polícia Militar, ao Governador e ao futuro Governador.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sob hipótese alguma nós ousaríamos prejudicar os servidores do Paraná; razão pela qual deixamos de votar em 2.<sup>a</sup> votação, pedimos a retirada em 3.<sup>a</sup> votação, porque evidentemente mesmo que aprovada esta matéria, ela vai para a sanção, e após sanção, e publicação, se o seu vigor viesse acontecer, só seria no final do mês de janeiro, na implantação da folha de janeiro. Obviamente nós teremos, período extraordinário de 7 a 20 de janeiro, condicionando a votação de 3.<sup>a</sup> votação, como também de Redação Final.

O que se pretende? O que se pretende é de que neste período se possa analisar o Projeto que possui algumas distorções, se possa melhorá-lo, se possa além da equiparação, da Polícia Militar, da Polícia Civil, e "data vênia", a própria colocação do Deputado Nereu, com 16 mil integrantes possa se buscar um aperfeiçoamento, uma melhoria, tanto para a Polícia Civil quanto para a Polícia Militar do Estado do Paraná, porque, muito mais do que a condição de trabalho oferecida, a população cobra, que nós tenhamos um aperfeiçoamento geral do nosso sistema de segurança. Esta é a razão, sem comprometer o nobre Deputado Nereu Massignan, a questão do salário do Policial Militar, porque seguramente antes do fechamento da folha do mês de janeiro, nós estaremos com a matéria votada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto n° 642.

Senhores Deputados que aprovam o presente requerimento permaneçam como estão. APROVADO.

A matéria será incluída no período de convocação extraordinária, em 3.<sup>a</sup> discus-

são.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 50/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Anahy. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> - DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 114/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Iguatu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> - DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 199/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 121/90, ex-Proposição n° 117/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura (SPC), entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> - DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 200/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 110/90, ex-Proposição n° 86/90), que autoriza o Poder Executivo a subscrever ações, através da Fundação de Esporte e Turismo, para integralizar aumento de seu capital na COMFOZTUR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> - DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 218/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera o artigo 1° da Resolução n° 161/85, de 17 de dezembro de 1985. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n° 7474, de 22 de junho de 1981, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n° 299/86, de minha autoria. Aprovado. Este projeto será arquivado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 23/89, de autoria do Deputado David Chierigate, que ratifica a Lei n° 8674. (Cria o município de Diamante D'Oeste). Aprove-

do, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/89, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, o lote 3/72, subdivisão do Lote 72 Gleba Patrimônio Marialva, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/89, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Sérgio Marcos Prodócimo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis aos quais tenha sido adicionado metanol (CH<sub>3</sub>-OH), conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 609/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 218/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado Raul Lopes e outros, que acresce parágrafo único ao artigo 1°, da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada do Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, após findo o processo de votação dos Projetos de Lei n°s 313/89, 521, 525 e 611/90, todos constantes da pauta da Sessão Plenária de hoje. Aprovado.

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, obviamente que esta sessão, Extraordinária ela acontece, prejudica a participação deste Parlamentar nessas matérias que são de grande interesse público do Paraná. Nesta Sessão Extraordinária, Sr. Presidente, temos dois projetos que a minha participação está prejudicada. Um deles é o projeto do nobre Deputado Gernote Kirinus que propõe um loteamento de um área do Estado de quase duzentos mil metros quadrados, que a minha



participação foi prejudicada porque eu pretendia destinar esses terrenos para habitação, popular porque da forma que o Deputado propõe certamente como fica próximo ao Jardim Social, obviamente será destinada para o Estado negociar para compor novas chácaras, estendendo as chácaras do Jardim Social rumo ao Bacacharei que é onde se localiza essa grande área de propriedade do Estado...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento):

Apenas uma indagação. Vossa Excelência se refere àquela área da Lei Scarpelini?

O SR. PEDRO TONELLI - É.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pois é. Eu tenho uma informação, apenas para orientação de Vossa Excelência. Agora há pouco chegou aqui um cidadão, junto com um advogado, informando que se encontra "sub judice" aquela questão no Poder Judiciário e em contato com o Deputado Gernote Kirinus houve um entendimento que se votaria esta questão hoje e as partes envolvidas nisto assumiram o compromisso de trazer a Casa a documentação, objeto de decisão do Judiciário, segundo informações deles, revogando a Lei Scarpelini, e já se encontra em grau de recurso junto ao Tribunal de Justiça, razão porque então esta matéria será votada apenas hoje, condicionada a essas informações que vêm do Tribunal para que os Deputados possam fazer uma votação mais consciente da matéria.

O SR. PEDRO TONELLI - No entanto, Deputado Nereu Massignan, está prejudicada esta questão e o mérito dessa matéria também, porque ela está sendo apreciada sem a devida apreciação, pelo menos deste Parlamento que tem tido o costume, o hábito, salutar, é óbvio, de apreciar, estudar e propor, estudar e propor as alterações necessárias nesse projeto e conforme está sendo proposto pelo Deputado Gernote Kirinus, além de ser inconstitucional o Projeto dele, parte dele, acho que é completamente injustificável. Era necessário que sofresse as devidas alterações, mediante as emendas que nós apresentaríamos. No entanto, eu peço escusas aos companheiros porque certamente nós vamos encerrar o período legislativo lamentando este artifício que foi encontrado.

Outra matéria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está prejudicada é a matéria que está em discussão neste momento. O Projeto de Lei n° 611/90 do nobre Deputado Raul Lopes. Está prejudicada por quê? Não porque o projeto do nobre Deputado Raul Lopes é nocivo. Parte dele merece aprovação, mas parte do projeto do nobre Deputado

do Raul Lopes é completamente inconstitucional. Vem frontalmente contra a nossa Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná. Está proibida a matéria que autoriza a realização de bingos. Isto é proibido. É matéria do Código Penal. O Código Penal, está na Constituição Federal, no artigo 22, está dito, que legislar sobre matéria, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal e Direito Processual, é competência privativa da União. Isto está aqui claro no Código Penal, na Lei de Contravenções Penais, diz o seguinte: artigo 50 - estabelecer ou explorar jogo de azar, em lugar público, ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele. Então a lei de contravenções penais que é parte do Código Penal, estabelece que esta matéria é de direito penal. Isto é completamente inconstitucional. Então, eu quero deixar aqui o meu registro. Eu não quis atrapalhar a discussão em 1.ª discussão porque parte do Projeto do Deputado é compreensível. Agora, a parte que autoriza a realização de bingos, jogos azar, isso é matéria de competência exclusiva a União, do Código Penal. É matéria de legislação federal e não pode esse Poder tomar a iniciativa de legislar sobre isso.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu lamento. Nesses 4 anos, começamos dessa forma "atravessada" e vamos sair, vamos concluir esse período legislativo de forma "atravessada", desrespeitando a nossa Constituição, passando por cima, sem apreciação, nem dando importância devida àqueles poucos parlamentares que têm se detido a esses mínimos detalhes. Então, lamento que nesses 4 anos a gente dê razão para aqueles que estão dizendo por aí que este Parlamento não é tão sério assim quanto se propõe apregoar.

Concedo aparte, na sequência para o Deputado Caíto Quintana, depois ao Deputado Gernote Kirinus, depois para o Deputado Raul Lopes e por fim, ao Deputado Acir Mezzadri.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pedro Tonelli, eu comungo em gênero número e grau com Vossa Excelência, nas referências que Vossa Excelência faz; no entanto, estranho a acusação de Vossa Excelência no dia de hoje sobre a questão de realização de votação do Projeto 611 e estranho a inclusão do Projeto na Ordem do Dia, porque entrei recentemente com um requerimento, pedindo a retirada desse Projeto, da Ordem do Dia. Tenho lembrança e este Plenário tem e as notas taquigráficas desta Casa têm, que Vossa Excelência, votou contra a retirada do Projeto da Ordem do Dia com palavras textuais de Vossa Excelência que, a partir do instante em que já tínhamos



criado LOTECA e RASPINHA no Paraná, não tinha razão alguma para que não autorizássemos a realização de Bingo. Vossa Excelência lembra disso. Eu aproveito o aparte apenas para dizer que fomos contra/pedimos a retirada da Ordem do Dia, o requerimento foi aprovado em Plenário com voto contrário de Vossa Excelência e no entanto, o Projeto encontra-se hoje novamente na pauta.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço a observação bem feita do nobre Líder do Governo e para esclarecer este Plenário, a bem da verdade, é de que a minha intenção neste momento era exatamente a gente se opor à matéria naquele dia, como não estou propondo a retirada da Ordem do Dia nesta data.

Eu estou dizendo que a minha participação na discussão dessa matéria está prejudicada, porque eu queria alterar essa matéria com as devidas emendas, aquelas trezentas e tantas emendas que eu prometi e que Vossa Excelência, não acreditou, eu estava pensando e exatamente um dos Projetos era esse.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Em 3.<sup>a</sup> discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - Um dos projetos era esse, porque ela precisa ser alterada, no entanto, eu não tive tempo. 5 minutos não dá para você apreciar, estudar, observar, propor, contrapor e trazer aqui para este Plenário, porque ninguém é mágico neste Parlamento. Eu não queria que fosse retirado da Ordem do Dia, porque a matéria tem relevância, queria que fosse apreciada no seu mérito, mas não queria que fosse encontrado dispositivo regimental, manobra nesse momento, para passar sem a devida apreciação dos nobres Parlamentares.

Foi por isso que mantive aquela posição naquele dia e por isso mantenho hoje e lamento porque está prejudicada simplesmente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pedro Tonelli, nós estamos votando em 2.<sup>a</sup> discussão e eu veria com bons olhos, estaria junto com Vossa Excelência se na 3.<sup>a</sup> votação, em período extraordinário, nós apresentássemos emendas de plenário nesse Projeto, disciplinando a forma de como e onde se realizar os chamados "bingos de cartela", jogadas nos campos de futebol, nas igrejas e em tantos outros locais.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas, no entanto Vossa Excelência sabe, Deputado Caíto Quintana, que aprovou em 1.<sup>a</sup>, aprovou em segunda; tem um ditado que representa muito bem: "já foi o boi, vai o bezerro também". Aprovou em primeira, aprovou em se-

gunda, já aprovou em terceira. Tínhamos que apreciar no momento oportuno.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Deputado Pedro Tonelli, em relação ao projeto de lei de designação de nome de escola de Moisés Lupion, tenho duas considerações a fazer. Em primeiro lugar, trata-se de um pedido da comunidade de Antonina e não de ligações minhas com Moisés Lupion. Só gostaria de fazer este registro.

Em segundo lugar, quanto à constitucionalidade, hoje, com a atual Constituição, realmente é inconstitucional. Mas, a constitucionalidade já foi verificada pela Comissão de Constituição e Justiça há mais de um ano atrás. Naquela época, era constitucional. Se só veio a ser votada agora, após a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, é apenas um questão de morosidade.

Pergunto: teríamos então que invalidar todos os estádios de futebol que têm o nome de Ney Braga, por exemplo, ou de outras pessoas que estão vivas? Acho que a lei não retroage. Podemos discutir a constitucionalidade mesmo estando votando extemporaneamente, mas a Comissão de Constituição e Justiça na época, baseado naquela Constituição, deu validade e constitucionalidade ao projeto. Por isto não vejo grandes problemas em aprová-los.

Só esta observação.

O SR. PEDRO TONELLI - Só queria lembrar ao Deputado Gernote Kirinus que esta lei, se aprovada, certamente será, entrará em vigor a partir do momento que será publicada. É uma lei que vamos subscrever completamente inconstitucional. É questionável a posição de Vossa Excelência.

O SR. RAUL LOPES - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Até antecipadamente pediria a compreensão do Plenário para a aprovação e, caso seja possível, na terceira discussão vamos analisar. Mas, queria esclarecer o porquê da apresentação deste nosso anteprojeto: é para salvaguardar indiscutivelmente as instituições de caridade de caráter beneficente, instituições religiosas.

Estamos assistindo diariamente, quase que todos os domingos, a bingos realizados nestas entidades para promover um trabalho de caráter beneficente. Pertencço a uma paróquia na Água Verde e tenho visto e assistido, até solicitado pelo pároco local para que de vez em quando me dirija ao Secretário de Segurança, que é também o Chefe do Departamento de Polícia Federal no Paraná, para que alguma coisa seja feita no sentido de não obstruir a sessão. Tenho feito e ele é testemunha, o Secretário Favetti, que várias vezes até permitiu

que ali realizássemos bingos. E assim várias outras instituições religiosas deste caráter.

Prometo que vamos apreciar devidamente, caso seja aprovado para o qual eu peço, na terceira discussão, porque sentiu este Parlamentar a necessidade de tentar acalmar, disciplinar e tranqüilizar as instituições que diariamente estão fazendo estas promoções cujos resultados irão reverter para toda a comunidade. Foi este o sentido. É esta a finalidade.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço e compreendemos a intenção de Vossa Excelência. No entanto, este Parlamentar sempre foi, e continuará sendo, contra jogos de azar e contra o desrespeito à nossa Constituição, a nossa Lei Maior.

Por isto estou questionando parte da vossa iniciativa, bem como a maneira como está sendo conduzido neste momento, numa sessão extraordinária, sem um trabalho preparatório onde poderíamos discutir melhor esta matéria e aprovar uma lei onde poderíamos assinar embaixo de olhos fechados.

O SR. ACIR MEZZADRI - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Atentamente assistimos às suas colocações e talvez ninguém melhor do que nós, que tivemos a coragem de denunciar numa fase dos telefestivais do Paraná. No momento em que até este Parlamento se calava, e já estava indo para a televisão, aí talvez não tivéssemos força política para retirar tais eventos que já estavam ganhando dimensão, extrapolando o Estado do Paraná. Mas, mesmo assim, depois de sucessivas denúncias e também liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça, quero dizer que esta matéria tem que ser amplamente discutida nesta Casa. Debatida para que a gente traga à luz da verdade e não prejudique aquelas entidades sérias que têm um princípio filantrópico.

Por isto acho que devemos nos ater numa ampla discussão e solicito ao Presidente que esta matéria seja retirada da Ordem do Dia para que possamos estudá-la no período extraordinário a partir de janeiro. Mas, vejo com bons olhos a intenção do Deputado Raul Lopes que pretende discutir, para atender as entidades sérias, carentes e necessitadas do Estado do Paraná que, na verdade, muitas se mantêm em cima de festivais. Todos nós aqui somos sabedores, principalmente do interior, que as pessoas conseguem recursos para manter crianças, pessoas idosas...

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência bem como a sua sugestão, apesar de que gostaríamos de apreciar

o mérito. Este negócio de retirar da Ordem do Dia e jogar para depois é empurrar com a barriga para esperar o momento oportuno. Então já estou desconfiado deste tipo de propositura porque a gente está sofrendo na carne, no dia de hoje, matérias que foram arroladas com a barriga e, de repente, se aprovam no afogadilho, e daí se privilegia aqueles parlamentares que são indisciplinados, que aparecem aqui uma vez a cada quatro meses, vêm aqui uma vez a cada quatro meses e aprovam tudo o que querem; e os que são zelosos, que estão aqui todos os dias sentem-se prejudicados porque se fabricam artifícios de última hora.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados a atenção e espero que, se não foi possível nesta Legislatura legislarmos com uma seriedade maior, eu estou me despedindo, vou para Brasília, e faço votos que os que aqui permanecerão sejam a semente de uma nova atuação legislativa, uma atuação mais responsável, mais cuidadosa, porque a minha avaliação não é tão positiva desses quatro anos de Legislatura que concluo com muita alegria e com muito prazer no Parlamento paranaense.

Era isso, Sr. Presidente.  
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlado Pessuti) - A Mesa informa ao Plenário que retirará de votação e discussão o Projeto n° 611, tendo em vista que, na sessão anterior, um requerimento da lavra do Deputado Caíto Quintana pedia a retirada da Ordem do Dia dos Projetos: 313, 521, 525 e 611/90. O requerimento foi aprovado e por um lapso, evidentemente, da Mesa, a matéria voltou indevidamente para discussão e votação.

Após constatada esta falha, não interrompemos o Deputado que se encontrava na tribuna e aos que o aparteavam porque já havíamos concedido a palavra, mas tendo em vista a existência deste requerimento e a aprovação pelo Plenário retiraremos de votação o projeto 611 da Sessão Extraordinária que está em andamento.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero participar a Vossa Excelência e aos demais Deputados presentes que a forma com que foi colocada na Ordem do Dia não foi de forma sub-reptícia por parte deste Deputado. Tomei conhecimento que foi por prévio entendimento. Razão pela qual assim entendemos.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 620/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 223/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Congonhinhas o imóvel situado no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele município. Aprovado, artigo por artigo.

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 628/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Divino da Rocha. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 202/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 167/90 ex-Proposição n° 151/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao senhor Júlio Siqueira, o imóvel constituído do lote n° 152, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 239,9174 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 203/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 137/90, ex-Proposição n° 132/90), que autoriza o Estado do Paraná a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Paraná, visando o desenvolvimento de atividade conjunta de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área do meio ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 204/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 123/90, ex-Proposição n° 119/90), que autoriza o Estado do Paraná através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o IPARDES, visando a prestação de apoio financeiro do Estado, para a realização de projetos e publicações conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 205/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 181/90, ex-Proposição n° 167/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Floresta - ITCF, alienar a Alceu Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou seus sucessores, o imóvel constituído de Lote 04 da gleba 18, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203,2941 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 206/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 120/90, ex-Proposição n° 107/90), que ratifica o Acordo de Cooperação Técnica, já celebrados, por motivos de urgência, em 05.06.90, entre a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Educação, com a intervenção da Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 209/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 205/90, ex-Proposição n° 176/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 210/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 204/90, ex-Proposição n° 175/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 211/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 166/90, ex-Proposição n° 150/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 212/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 214/90, ex-Proposição n° 177/90), que autoriza o Poder Executivo a alienar à União, o imóvel constituído do Lote n° 139, da gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 214/90, de autoria da CPI DA SAÚDE, que aprova o relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, que averiguou irregularidades na área de saúde, no tocante à compra de produtos médico-hospitalares. Aprovado, artigo por artigo.
- Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os Projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações. Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, eu queria alertar a Presidência que eu requeri a inclusão, no período extraordinário de três projetos que estavam em 2.<sup>a</sup> discussão e foram aprovados agora em 3.<sup>a</sup>. Então, estes três em 3.<sup>a</sup> discussão ficam dispensados da inclusão no período extraordinário mantidos os aprovados em 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, gostaria de indicar para a Comissão que vai discutir a questão do BRDE, até por uma questão de residência na cidade Curitiba o Deputado Neivo Beraldin, ficando esta Liderança como suplente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está devidamente anotado.

Eu solicito ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário, Deputado Pirajá Ferreira, ao encerrar-se a Ordem do Dia, para que em atendimento ao disposto no parágrafo 2.<sup>o</sup>, do artigo 89 do Regimento Interno desta Casa proceda à leitura da sinopse dos trabalhos legislativos realizados durante a 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 11.<sup>a</sup> Legislatura.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira)

Procede à leitura da sinopse dos trabalhos legislativos.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Soli-

cito ao Sr. 2.<sup>o</sup> Secretário, Deputado Luciano Pizzatto que faça a leitura da Ata da presente sessão que deverá ser aprovada ainda no dia de hoje conforme preceitua o artigo 177 do Regimento Interno.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Luciano Pizzatto)

Procede a leitura da Ata.

O SR. JOSÉ ROGERIO CARVALHO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, é só para uma questão de encaminhamento daquela Comissão, para assuntos do Sistema Financeiro do Estado, eu gostaria que fosse indicado ainda os nomes dos Deputados não indicados, porque as lideranças não indicaram, a não ser a liderança do PMDB e a liderança do PSDB que indicaram; falta, portanto as outras lideranças indicarem, ou então a Presidência ficou com essa incumbência de indicar os nomes.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Nós

temos aqui já algumas outras indicações. O PMDB já indicou o Deputado Neivo Beraldin, o PSDB o Deputado José Rogério, o PT indicou o Deputado Pedro Tonelli, o PRN está indicando o Deputado Luciano Pizzatto, o PDC o Deputado Eduardo Baggio, o PL o Deputado Ezequias Losso; nós temos ainda que contatar com as demais lideranças para que possamos fazer a designação

desta Comissão após a indicação, e nós iremos tomar as providências para que isso seja feito já de imediato.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, embora nós nesse instante, devido a finalização de sessão, já estamos com poucos Deputados em plenário, mas como sei que o serviço de som está atingindo os gabinetes Parlamentares desta Casa, como também os gabinetes de funcionários deste Poder Legislativo, e como nós estamos na última sessão do período extraordinário do ano de 1990 e só retornaremos ao trabalho no dia sete de janeiro do ano que vem, eu me valho desta oportunidade para externar aos companheiros Parlamentares de todos os Partidos Políticos, que na divergência das suas opiniões souberam encontrar sempre com o discernimento do que é melhor para o Paraná; como também desejar a todos os funcionários que compõem este Poder, do mais simples ao mais graduado, votos sinceros de feliz ano novo, e que nós possamos todos juntos no ano que vem, de 1991, trabalharmos para que este Poder a cada ano que passe seja mais dignificado pelo esforço, pelo trabalho de cada um de nós. Aos Deputados, à Mesa Executiva, aos funcionários da Casa, em nome da nossa Bancada, o nosso voto sincero de um feliz ano novo, de que estejamos todos juntos no curso de 1991.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Eu também gostaria de acompanhar as pala-

avras do Deputado Caíto Quintana, por isso aguardava o final desta sessão para também deixar aqui em nome da nossa Bancada a posição também favorável às palavras do Deputado Caíto Quintana. Eu acho que mais do que os Parlamentares, os funcionários desta Casa, não só os de gabinete, não só de Plenário, não só da Mesa, mas também o pessoal lá da administração; é fundamental que esta Casa reconheça, apesar de que muitas críticas permanecerão e nós seremos um dos críticos ao funcionamento do Parlamento nesse período, em especial a partir de 22 de março, aqui quando voltei, eu pude sentir com algum desalento em determinados momentos a ausência dos Parlamentares, isso realmente nos chocou profundamente. Mas, de qualquer maneira é no período eleitoral que se renovam as esperanças, e através do voto a população pôde assim se expressar e o mandato dos próximos Deputados a partir do ano que vem é que vai dirigir o destino desta Casa. Portanto, deixamos aqui a nossa posição crítica com objetivo claro de que ainda se acenda uma esperança para o futuro; e em torno dos Deputados presentes a este trabalho mais uma vez o reconhecimento e o nosso agradecimento, até porque estou me

despedindo desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Presidência evidentemente ao encerrar os trabalhos não poderia deixar de manifestar o seu contentamento por tudo aquilo de bom que aconteceu neste Poder Legislativo durante a nossa 11.<sup>a</sup> legislatura; e aproveitamos da oportunidade em que se realiza a última sessão desta 11.<sup>a</sup> legislatura em seu período normal para congratularmos com todos os Srs. Parlamentares que por aqui passaram nessa legislatura, desejar pleno êxito a todos aqueles que em novas funções estarão desempenhando a missão Parlamentar ou mesmo missões executivas. Agradecer a todos os servidores desta Casa, agradecer aos servidores dos gabinetes dos Srs. Parlamentares, e agradecer àqueles que, mesmo não sendo deste Poder Legislativo aqui comparecem seguidamente, para buscar através daquilo que acontece, informar ao Paraná do funcionamento do Poder Legislativo, aos Srs. jornalistas, ao pessoal ligado à imprensa, e, àqueles que nos visitam, também às autoridades e ao povo em geral que nos visita.

Portanto, neste momento estendemos a todos, em nome do Poder Legislativo do Paraná nossos votos de agradecimentos, por tudo aquilo que de bom aconteceu durante a 11.<sup>a</sup> Legislatura, e que aquilo que porventura, de ruim tenha acontecido, não sirva de exemplo, nos sirva de lição para que possamos corrigir a partir do ano que vem, quando, se instalar uma nova legislatura no Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o período de sessões correspondente à 4.<sup>a</sup> sessão Legislativa, da 11.<sup>a</sup> Legislatura, convocando os Srs. Deputados para outra, dia 07 de janeiro de 1991, à Hora Regimental, 14:30 horas, destinada à instalação do período extraordinário de sessões.

Está encerrada esta sessão e a 11.<sup>a</sup> legislatura.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N° 130/90

constituir COMISSÃO ESPECIAL com a finalidade de alienar veículos de propriedade deste Poder, através de LEILÃO PÚBLICO, nos termos da legislação em vigor, composta pelos servidores desta Casa:

JOSE ARY NASSIF - Presidente

JOSÉ FARIA e ANTONIO GULBINO - Membros

Gabinete da Diretoria Geral,

em 12 de dezembro de 1990

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA N° 131/90

autorizar, ABIB MIGUEL, Diretor Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, assinar documentos de transferência de veículos leiloados a terceiros e sinistrados deste Poder Legislativo.

GABINETE DA PRIMEIRA SECRETARIA,

em 12 de dezembro de 1990

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

1° SECRETÁRIO

PORTARIA N° 132/90

conceder, ao funcionário ANTONIO CLARET DE REZENDE, matrícula n° 141, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 03 de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 9654)

PORTARIA N° 133/90

conceder, a MARIA CHISTI LIBANO TESSEROLI, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, Centro e vinte (20) dias, de licença maternidade, a partir de 24 de outubro de 1990.

(Protoc. n° 9309)

PORTARIA N° 134/90

conceder, a LUCI DE F. SILVA, funcionária contratada deste Poder, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 01 de dezembro de 1990.

(Protoc. n° 9310)

PORTARIA N° 135/90

conceder, a ERONI APARECIDA CUSTODIO, funcionária contratada deste Poder, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 29 de agosto de 1990.

(Protoc. n° 8923)

PORTARIA N° 136/90

conceder, a WILMAR ALVES GOUVEIA, funcionário contratado deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias, de licença, para tratamento de saúde, a partir de 04 de dezembro de 1990.

(Protoc. n° 9659)

PORTARIA N° 137/90

conceder, a ANA INÊS SOUZA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de

acordo com o Art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 30 de novembro de 1990.

(Protoc. n° 9947)

PORTARIA N° 138/90

conceder, a DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n° 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A" - NU-2, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 04 de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 9664)

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 19 de dezembro de 1990

PORTARIA N° 141/90

conceder, ao funcionário DIONISIO DE PAULA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Segurança, NB-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, a referentes ao ano de 1989, a partir de 29 de novembro de 1990.

(Protoc. n° 9690)

PORTARIA N° 142/90

conceder, a DIONISIO DE PAULA CAVALHEIRO, matrícula n° 080, ocupante do cargo de Segurança, NB-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 02 de janeiro de 1991.

(Protoc. n° 9691)

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 27 de dezembro de 1990

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

M. APPARECIDA SOUZA S.

Advogada

Curitiba, 11 de outubro de 1990.  
Excelentíssimo Senhor Presidente.

Cumpre-me o dever de passar às mãos de Vossa Excelência, cópia da resposta formulada pelo Senhor Governador do Estado, à notificação expedida no Mandado de Segurança 14.321/90, pelo qual, credores da Fazenda Pública, pedem o cumprimento do artigo 136 da Constituição Estadual e artigo 168 da Carta da República.

Segundo a resposta do Excelentíssimo Senhor Governador, não cumpriu a obrigação - de transferir ao Poder Judiciário as verbas orçamentárias devidas - porquanto necessitou fazer frente a outras despesas, e principalmente porque o "orçamento é mera peça de ficção (sic).

Dentro de tais colocações, feitas pelo Chefe do Poder Executivo, entendi que o Chefe do Poder Legislativo deveria ser informado, a fim de comunicar aos seus Pares. Realmente não haveria necessidade de

estarem os Senhores Parlamentares discutindo a Lei Orçamentária, se o texto elaborado com denodo e cuidado pode, posteriormente ser taxado de fictício. Esse tempo gasto, pode ser melhor aproveitado.

Mais. Até mesmo o texto da Constituição Estadual está sendo vilipendiado, já que o artigo 136 da Carta Magna, diz que tendo sido incluída a verba no orçamento, deve ser paga no exercício correspondente. E diz mais ainda, que todo remanejamento, transposição ou transferência de recursos deve ser previamente aprovados pelo Legislativo. Esta última providência não foi tomada. Logo...

Esperando que Vossa Excelência tomando ciência do fato, alerte a todos os Senhores Deputados, sobre a inutilidade de analisar, discutir e votar a Lei Orçamentária, já que essa função legislativa, está sendo desvirtuada na prática, passando a ser apêndice dispensável para o Executivo.

Aproveitando o ensejo para apresentar protestos de apreço, sou

Cordialmente

(a) Dra. MARIA APPARECIDA SOUZA E SILVA

Ao

Excelentíssimo Senhor  
DEPUTADO ANIBAL KHURY  
DD. Presidente da Assembléia  
Legislativa do Estado  
Nesta.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
Ofício n° 545/90-GAB

Curitiba, 27 de agosto de 1990.  
Senhor Procurador.

Em atenção ao ofício n° 553/90, desta Procuradoria, encaminhamos em anexo, cópia da documentação pertinente à solicitação para emissão de Títulos do Tesouro Estadual, visando o pagamento de precatórios não alimentares.

Outrossim, esclareço que os referidos títulos não foram emitidos, por terem sido solicitados com base na correção do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), e o mercado operar com títulos corrigidos pela LFT (Letra Financeira do Tesouro), alteração esta, até o momento não aprovada pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente.

(a) ADELINO RAMOS

Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
DIVANIL MANCINI  
Digníssimo Procurador Geral do Estado  
NESTA CAPITAL



## GABINETE DO GOVERNADOR

## § 2º - AS INFORMAÇÕES

## I - O MECANISMO FINANCEIRO QUE PERMITE O FUNCIONAMENTO DO ESTADO

Com o devido respeito, a impetração não procede.

Será demonstrado.

O impetrante principia por assentar os fundamentos do pedido da ordem, em premissa falsa, a de recusa do Estado ao pagamento dos precatórios, sobre ela intentando construir a configuração de ato de autoridade eivado de ilegalidade e abuso de poder.

Nada mais enganoso. O Estado do Paraná não busca, de modo algum, fugir ao cumprimento de determinação emanada do Poder Judiciário.

Os empecos são de outra ordem, restando aqui necessário fincar esclarecimentos pertinentes ao funcionamento da máquina administrativa, notadamente no que toca à gestão e obtenção de recursos, para que se possa então corretamente avaliar o comportamento da Administração.

O Poder Executivo é o responsável pela obtenção de recursos indispensáveis à manutenção do Estado, incluídos aí os Poderes Judiciário e Legislativo.

Essa atividade consiste no "levantamento, gestão e despesa dos dinheiros públicos" (Of. Geraldo Ataliba. Apontamentos de Ciências das Finanças e Direito Financeiro e Tributário, RT, 1.<sup>a</sup> ed. pg. 25), atribuições que compreendem as receitas e despesas e um sem-número de fenômenos derivados.

Para fazer face ao problema da alocação de recursos, vale-se a Administração de instrumento denominado orçamento, que, porém, nos dias atuais configura-se como mera peça de ficção, em razão da alarmante instabilidade econômica que sitia o País, já de há algum tempo, tornando-o defasado e irreal, poucos meses após sua formulação.

De seu lado, as despesas básicas, e sobre serem inevitáveis, são imprevisíveis em relação à previsão orçamentária mencionada e elevam-se diariamente, segundo variação do índice inflacionário, distanciando-se cada vez mais daquela estimativa inicial.

Diante da gravidade de tal situação, ao Poder Executivo cabe fazer uma adequação à realidade da execução financeira, adstringindo, o Administrador, os gastos às necessidades primárias e básicas a cargo do Estado, v.g., pagamento de pessoal, despesa com alimentação de presos, alimentação dos sem-terras assentados no Estado, escolas públicas saúde etc... que se não satisfeitas gerariam, sem dúvida, verda-

deira hecatombe social.

Diante de tais prioridades, de natureza alimentar, em sua grande maioria, não houve disponibilidade do Tesouro para o pagamento dos precatórios, sem embargo, as medidas que para este fim hajam sido tomadas como bem o demonstra o Of. 545/90 da Secretaria da Fazenda ao pedir autorização ao Governo Federal para emissão de títulos visando aporte de recursos necessários a tal fim, que não foi atendida, por questões de burocracia intestina, mas que o será certamente diante de pedido de alteração feita pelo Poder Executivo e que aguarda aprovação do Banco Central do Brasil.

Bem se vê, inexiste recusa ao pagamento. Há, sim, atraso na satisfação do débito, decorrente de dificuldades financeiras porque passa todo o Estado nacional, impendendo, ademais, considerar, como exposto, a limitação imposta pelo mecanismo financeiro posto à mão do Administrador.

## II - O EXERCÍCIO DO DIREITO DE CRÉDITO ORIUNDO DO PRECATÓRIO

Os impetrantes são titulares de um direito de crédito, não se contesta. No entanto tal direito não é exercitável, via mandado de segurança, na medida em que dirigem sua pretensão ao recebimento, segundo ordem de apresentação do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, embora caiba ao Executivo fornecer ao Judiciário os valores respectivamente solicitados.

Destarte, não há, palpável, o estabelecimento de relação direta, que envolva direito líquido e certo, entre os titulares de precatórios e o Executivo. O liame existe - embora ausente ainda direito líquido e certo exercitável de plano - entre o credor e o Tribunal de Justiça, como existe entre o Tribunal e o Poder Executivo, tudo isto servindo para demonstrar que seja qual for a ótica empregada no exame das relações descritas, não se vislumbra, na hipótese, direito líquido e certo.

## III - A AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO

Sem embargo, da demonstração linhas atrás de que a ausência de relação direta a envolver os autores e o Poder Executivo não deixa entrever direito líquido e certo a ser exercitado, mais se afigura este ausente quando se examina a esse de ato abusivo da autoridade caracterizado no não-pagamento de seu crédito, especificado no precatório requisitório.

A inexistência de direito líquido e certo a ser amparado pelo remédio heróico é patente.

Uma, a verdade: a pretensão somente



poderia ser atendida de pronto, se sendo o próximo a receber, em razão da ordem de protocolo, e havendo verbas para tal, depositadas no Judiciário, fosse preterido, em ato arbitrário e deliberado da autoridade.

Esta situação inexistiu. A preterição e o malfadado ato abusivo não foram demonstrados.

A mera inexistência de previsão orçamentária para a satisfação dos precatórios, como alegam os impetrantes, não significa que esses pagamentos hajam de ser efetivamente procedidos. O orçamento é mera previsão que dependerá das circunstâncias do momento, da efetiva arrecadação e das efetivas despesas que se apresentam. Neste contexto vê-se o Administrador diante de angustiante questão administrativa: a satisfação de precatórios de natureza não alimentar ou a de prioridades como pagamento de salários, alimentação de presos etc...

Diante de tal situação, optou a Administração, como não poderia deixar de ser, por destinar as verbas existentes, no momento, para atendimento de questões de maior interesse público, ao mesmo tempo em que procura viabilizar mecanismos de aporte de recursos, como mencionado, no início destas informações, através da emissão de títulos para satisfazer aos precatórios.

### § 3º - CONCLUSÃO

Do exposto, resulta que não houve recusa de parte do Poder Executivo de pagamento dos precatórios, mas inafastável dificuldade financeira que o Estado, em esforço ingente, está tentando contornar, conforme aqui noticiado, não se caracterizando, pois, nem sendo provado, ato abusivo e ilegal da autoridade, o que afasta a pretensão dos impetrantes de esgrimirem com direito líquido e certo, razão pela qual impõe-se a denegação da ordem.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ADELINO RAMOS

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ BERNARDONI FILHO

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/90

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que

consta do processo protocolado sob o nº 11893, de 20 de dezembro de 1989 e Parecer do Gabinete da Procuradoria deste Poder, e com base no Art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná,

RESOLVE:

enquadrar, NEREU CARLOS MASSIGNANN, funcionário da Casa Civil, no cargo de Assessor Técnico I, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desta Assembléia Legislativa, com vencimentos equivalentes aos percebidos junto ao Poder Executivo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/90

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11979, de 27 de dezembro de 1989 e Parecer do Gabinete da Procuradoria deste Poder, e com base no Art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná,

RESOLVE:

enquadrar, PAULO CESAR FIATES FURIATTI, funcionário do Instituto de Terras Cartografia e Florestas (ITCF), no cargo de Técnico de Nível Superior, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desta Assembléia Legislativa, com vencimentos equivalentes aos percebidos junto ao órgão de origem.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 330/90

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11889, de 20 de dezembro de 1989 e Parecer do Gabinete da Procuradoria deste Poder, e com base no Art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná,

RESOLVE:

enquadrar, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, funcionário da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde, no Cargo de Técnico Especialista - TJ 14 Q, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desta Assembléia Legislativa, com vencimentos equivalentes aos percebidos junto ao órgão de origem.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - 1º Secretário

WERNER WANDERER - 2º Secretário

(Decretos republicados por terem sido publicados incompletos)